Cahiers de Psychologie Politique

N° 15 | 2009
Perspectives ibéro-Américaines Juillet 2009

Sexualidade e cidadania. sociedade civil e poder público na organização da parada glbt na cidade de belo horizonte (Brasil)

Frederico VIANA MACHADO

Marco AURÉLIO MÁXIMO PRADO

Édition électronique :
URL :
https://cpp.numerev.com/articles/revue-15/1199-sexualidade-e-cidadania-sociedade-civil-e-poder-publico-na-organizacao-da-parada-glbt-na-cidade-de-belo-horizonte-brasil
DOI : numerev_368
ISSN : 1776-274X
Date de publication : 24/06/2009

Cette publication est sous licence **CC BY-NC-ND** (Attribution - No commercial - No derivatives).

Pour **citer cette publication** : VIANA MACHADO, F., AURÉLIO MÁXIMO PRADO, M. (2009) Sexualidade e cidadania. sociedade civil e poder público na organização da parada glbt na cidade de belo horizonte (Brasil). *Cahiers de Psychologie Politique*, (15). https://doi.org/10.34745/numerev_368

O presente artigo busca analisar como as Paradas de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Trangêneros, como evento estratégico da visibilidade homossexual, interpelam os mecanismos sociais e institucionais de inferiorização social e discriminação sofrida pela população homossexual na sociedade brasileira, transformando a condição de vida desta população em tema público de discussão, debate e reflexão para o Estado e para a Sociedade Civil. Nesse sentido, a “Parada GLBT” tem se revelado uma importante ação coletiva de cunho político, enquanto instrumento de participação social e política de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transgêneros na sociedade contemporânea, através da visibilidade que conquistou no espaço público e das questões que através dela emergem como tematizações da própria sociedade brasileira. A partir de pesquisas junto aos representantes desse movimento em Belo Horizonte, pretende-se discutir as implicações positivas e negativas da visibilidade proporcionada pelas Paradas na consolidação e construção de novos direitos sociais para o seguimento GLBT. Apontamos para a importância da implementação de políticas públicas específicas, o comprometimento do estado e a autonomia dos movimentos que emergem da sociedade civil organizada, na reconfiguração de uma cidadania GLBT mais plena.

Le but de cet article est d'analyser comment les défilés de Gays, Lesbiennes, Bisexuels et Transgenres, en tant qu'événement stratégique de la visibilité homosexuelle, interpellent les mécanismes sociaux et institutionnels de l'infériorisation sociale et de la discrimination subie par la population homosexuelle dans la société brésilienne, en transformant leur condition de vie en thème de discussion publique, de débats et de réfléxion pour l'État et pour la Société Civile. Dans ce sens, ces défilés GLBT se montrent une importante action collective à teneur politique, en tant qu'instrument de participation sociale et politique de Gays, Lesbiennes, Bisexuels, Travestis et Transgenres dans la société contemporaine, à travers la visibilité qu'ils ont obtenu au sein de l'espace public et les questions qu'ils mettent en évidence comme étant des thèmes concernant la société brésilienne. À partir de recherches auprès des représentants de ce mouvement à Belo Horizonte, nous entendons discuter les implications positives et négatives de la visibilité, obtenue grâce aux défilés, dans la consolidation et la construction de nouveaux droits sociaux pour les GLBT. Nous soulignons l'importance de l'implantation de politiques publiques spécifiques, l'engagement de l'état et l'autonomie des mouvements qui émergent de la Société Civile organisée pour que la citoyenneté GLBT devienne entière.

The current article seeks to analyze how the Gay, Lesbian, Bisexual and Transgender Parade, as a strategic event of the visibility of the homosexual, intercedes the social and institutional mechanisms of the social inferiorization and discrimination the homosexual population in the Brazilian society has suffered from, transforming the quality of life of this population into a public topic of discussion, debate, and reflection for the State and civil society. In this sense, the "GLBT Parade" has shown itself to be an important

collective action of political aspect, as an instrument of social and political participation of Gays, Lesbians, Bisexuals, Travesties and Transgender individuals within the contemporaneous society, through the visibility that it has reached within the public space and the issues that through the Parade emerge as a characterization of the Brazilian society itself. Through research conducted by the representatives of this movement in Belo Horizonte, we intend to discuss the positive and negative implications of the visibility granted by the Parades in the consolidation and construction of new social rights for GLBT's. We point out the importance of the implementation of specific public policies, the commitment of the State and the autonomy of the movements that emerge from the organized civil society in the reconfiguration of a more plenty GLBT citizenship.

Mots-clés :

Introdução

Sexualidade: tema que poderia parecer uma irrelevância pública – questão absorvente, mas essencialmente privada. Poderia ser também considerada um fator permanente, pois se trata de um componente biológico e como tal necessária à continuidade das espécies. Mas, na verdade, o sexo hoje em dia aparece continuamente no domínio público e, além disso, fala a linguagem da revolução. (GIDDENS, 1992)

A partir de meados da década de noventa tem havido no Brasil uma multiplicação de eventos conhecidos como Paradas GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transgêneros). Estes eventos, realizados a partir da mobilização do que se convencionou chamar de Movimento GLBT, Movimento GLBTT1, ou Movimentos Homossexuais (MACHADO & PRADO, 2005), têm capturado a atenção da sociedade brasileira tanto pelo crescente número de participantes quanto por reivindicações que nos obrigam repensar o campo político e a ampliação dos direitos sociais.

As Paradas tem suas origens nas marchas políticas que começaram a se organizar nos EUA em comemoração às Stonewall Riots que aconteceram dia 28 de junho de 1969. As Paradas são a expressão máxima dos movimentos sociais que fizeram uma revolução na história da homossexualidade no ocidente e que devido às conseqüências sociais e políticas de suas ações transformaram a história do mundo moderno como um todo, pois fizeram com que a sociedade cedesse espaço para uma minoria que exerce cada

vez mais influência sobre as instituições e a cultura (SILVA, 2004).

As Paradas, como evento estratégico da visibilidade homossexual, interpelam os mecanismos sociais e institucionais de inferiorização social e discriminação sofrida pela população homossexual na sociedade brasileira, transformando a condição de vida desta população em tema público de discussão, debate e reflexão para o Estado e para a Sociedade Civil. Nesse sentido, a "Parada GLBT" tem se revelado uma importante ação coletiva de cunho político, enquanto instrumento de participação social e política de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transgêneros na sociedade contemporânea, através da visibilidade que conquistou no espaço público e das questões que através dela emergem como tematizações da própria sociedade brasileira.

De um modo geral, a democratização dos lugares sociais relacionados às identidades sexuadas, ou identidades de gênero, tem se acentuado nas últimas décadas. Temos visto uma transformação dos discursos científicos, das legislações nacionais e das práticas sociais que definem a identidade social e a cidadania dos homossexuais e de outros grupos oprimidos. Esses novos espaços conquistados só foram possíveis através da militância que se organizou em torno das demandas deste segmento e que aos poucos foi politizando novas questões e produzindo antagonismos sociais anteriormente impensáveis.

Pensando que ainda há muito que conquistar, consideramos extremamente importante ampliarmos nossos conhecimentos sobre a história do movimento homossexual e sobre suas dinâmicas sócio-políticas, para que possamos ter uma perspectiva mais completa sobre o que significa a luta por direitos sexuais, e uma compreensão da homossexualidade interpelada no âmbito público.

A partir de pesquisas junto aos representantes desse movimento em Belo Horizonte, pretende-se discutir as implicações positivas e negativas da visibilidade proporcionada pelas Paradas na consolidação e construção de novos direitos sociais para o seguimento GLBT. Sendo assim, apontaremos para a importância da implementação de políticas públicas específicas, o comprometimento do estado e a autonomia dos movimentos que emergem da sociedade civil organizada, na reconfiguração de uma cidadania GLBT mais plena.

Embora este texto enfatize os resultados de uma pesquisa de mestrado, estas reflexões são fruto de um percurso mais amplo. Nos últimos três anos participei de cinco pesquisas que tomam a homossexualidade como tema central de reflexão: um estudo comparativo de dois grupos militantes[2]; um estudo sobre a participação política de militantes no movimento GLBT[3]; duas pesquisas quantitativas durante as Paradas de 2005 e 2006[4]; e finalmente, um estudo sobre a constituição da identidade coletiva da Parada GLBT de Belo Horizonte[5];

Metodologia e fundamentação teórica

É importante ressaltarmos que as pesquisas que embasam este texto foram desenvolvidas a partir de referenciais teóricos da Psicologia Social, e compreendemos que se justificam não só por suas contribuições epistemológicas, mas também pelas contribuições sociais do trabalho de pesquisa, até mesmo porque essas duas dimensões são inseparáveis. Diversos autores (LANE, 2000; SANDOVAL, 2000) argumentam sobre a importância de a ciência assumir seu papel político, facilitando a transformação social através de uma leitura histórica dos fenômenos humanos. Nessa perspectiva, a ciência é um construto sócio histórico, longe da neutralidade e que responde a pressões políticas e necessidades percebidas pela sociedade.

A importância de se declarar os destinatários das pesquisas se torna mais séria em um país onde as condições de opressão figuram entre as mais acentuadas do mundo[6]. Deve-se levar em conta que o desenvolvimento da psicologia social latino-americana se deu principalmente a partir das reflexões críticas proporcionadas pela aplicação prática da psicologia social americana no contexto brasileiro.

Após compreender que o terreno natural de investigação científica e de aplicação era o mundo do subdesenvolvimento, logo percebemos que mudança (individual ou coletiva, entendida como conscientização, mobilização e empoderamento) deveria ser um componente central de nossa abordagem, a qual nesse contexto, requeria compreensão sociopsicológica/psicossociológica integrada para adequadamente lidar com a pobreza (entendida como exclusão, opressão e impotência) (SANDOVAL, 2000, p. 105-106).

Sendo assim, o contexto de subdesenvolvimento, entendido dentro de um processo de globalização hegemônico que mantém os países periféricos e semi-periféricos em condições econômicas desfavoráveis e em processos de colonização cultural, não pode de modo algum ser ignorado neste trabalho. Pensar as relações políticas fora de uma concepção de mundo que considere as questões postas pela globalização é insuficiente. Vivemos um cenário político mundializado, onde o Estado é pequeno demais para tratar das questões macro-estruturais estando dependente dos jogos internacionais, e ao mesmo tempo, grande demais para tratar das questões micro estruturais que se dinamizam vertiginosamente na crescente complexidade social dos dias de hoje (TEJERINA, 2005).

Fenômenos sociais são de natureza complexa e trazem níveis de complexidade que nos exigem cada vez mais atenção, esforços, rigor e criatividade não apenas na elaboração e delineamento dos procedimentos metodológicos, mas também no tratamento que daremos à informação produzida por eles.

Sandoval (1997) argumenta que o estudo do comportamento político é por natureza transdisciplinar e que para melhor compreendê-lo devemos lançar mão de abordagens construtivistas e interacionistas. Devemos pensar o comportamento político como um processo dinâmico que se desenvolve dentro de cenários sociais e institucionais.

Os atores políticos são construtivistas na medida em que eles conscientemente vão se posicionando em arenas onde eles irão agir. Já que não há teoria que explique a priori os determinantes de processos de comportamento político, teremos que assumir abordagens que privilegiam o inter-relacionamento das esferas de ação e do voluntarismo dos atores. (SANDOVAL, 1997)

O desafio proposto às teorizações que desafiam este campo está relacionado a superar estes hiatos sem cair nos recorrentes reducionismos que tentam explicar a totalidade do comportamento político enfatizando sobremaneira apenas uma dimensão. Nesse sentido, Sandoval (1997) argumenta que se por um lado a psicologia foi micro-cósmica demais para poder elaborar uma interpretação teórica do comportamento político, a sociologia se mostrou ainda demasiadamente genérica para ser convincente em suas interpretações.

O erro que se comete aqui é perceber o indivíduo como sujeito da estrutura, mais do que um agente dentro dela, como se quando entrasse no campo do coletivo ele perdesse sua racionalidade, ou percebe-los de forma simplista como atores “Sociais” ou “Intencionais”, onde o indivíduo realizaria seus objetivos no espaço coletivo da sociedade de plena posse de uma racionalidade transparente.

Podemos perceber as dualidades iluministas separando de um lado um sujeito racional de um irracional. Essa separação se dá quando tomamos o indivíduo como “objeto da sociedade” ou como um “ator intencional” (PRADO, 2000).

Essas dualidades se manifestam quando pensamos algumas teorias que nos informam sobre a constituição das identidades sexuadas, e que resvalam para um conservador “binarismo” presente nos estudos de gênero, o que impede a problematização de alguns cânones científicos tradicionais e o próprio processo de constituição da cultura não incorporando em suas teorizações as dimensões identitárias da sexualidade, raça, classe, religião etc. (GÓIS, 2003);

Em alguns estudos de gênero/feministas podemos encontrar uma diferenciação entre os papéis de gênero fundamentada em conceituações essencialistas sobre o que seria a feminilidade, na produção de uma identidade mais ou menos fixa com vistas a produzir um discurso contra-hegemônico emancipatório da mulher[7]. Dois problemas podem ser associados a essa tendência, o primeiro seria a incapacidade desse binarismo em apreender a diversidade dos papéis, comportamentos e orientações sexuais existentes. O segundo, eminentemente político, seria a incapacidade dos discursos de inter-relacionarem as diferentes formas de opressão e antagonismo em um novo discurso democrático, o que traria problemas semânticos e ideológicos para as redes de movimentos sociais organizados (MOUFFE, 1996).

Segundo Rohden (2003) para que possamos ter uma compreensão mais abrangente da produção científica sobre os modelos de gênero e sexo, é necessária uma postura crítica quanto as propriedades atribuídas ao mundo natural ou cultural, reconhecendo a variabilidade existente nessas atribuições e sua intrínseca relação com a cultura.

Smigay (2002) aponta algumas relações entre sexismo, homofobia e violência de gênero, discutindo programas sociais e políticas públicas governamentais a partir de uma análise das teorizações sobre relações de violência. Essa autora atenta para a incapacidade das teorias atuais em operar e entender, o que denomina de uma gramática de gênero, de classe e de raça/etnia, ou ainda, a considerar os fatores intervenientes que se cruzam ao problema psicossociológico.

Segundo Góis (2003), tanto os estudos feministas, quanto os gays e lésbicos, estão longe de cobrir a diversidade dos subgrupos que suas teorias abarcam. As feministas pesquisando mulheres brancas heterossexuais e os estudos gays e lésbicos priorizando homossexuais masculinos sem cor, talvez por serem homens, e em sua maior parte brancos, os autores. Nessa perspectiva, aponta a Teoria Queer como sendo mais próxima ao campo dos estudos sobre orientação sexual, por se opor à tradicional distinção feita pelo feminismo clássico, questionando a diferenciação entre sexo, gênero e orientação sexual, pois subentende uma naturalização do sexo biológico. A crítica radical das teorias queers, interroga a distinção clássica entre sexo e gênero ao questionar a origem biológica da diferença sexual, e ao ter em vista as demais formas de opressão, tais como as de classe e raça, propõe uma apreensão transversal das relações sociais de dominação através de uma captura das identidades sexuadas pelo conceito de performatividade (PRECIADO, 2005). De um modo geral, as Teorias Queers, questionam a posição do sujeito moderno como um todo, buscando através da articulação discursiva escapar o máximo possível da reapropriação de seu discurso pelo sistema capitalista de produção.

Córdoba (2003) afirma que a Teoria Queer reativa e reforça o objetivo de transpor a sexualidade do campo do natural e dos campos de conhecimento que assim as definem, levando-as ao campo social, e como este está atravessado pelo poder, ao campo político. Desnaturalizar a identidade sexual implica na renúncia de qualquer padrão de normalidade, extrapolando os motivos epistemológicos, com vistas a criar conhecimentos que façam parte de uma estratégia de tomada de poder, pois toda identidade é o efeito de um contexto histórico-social de relações de poder.

A Teoria Queer reconhece que todo discurso é contingente e posicionado, no qual a sexualidade é uma construção discursiva e, por essa razão, é reconhecida como enunciação *performativa*. Butler (1990) propõe uma leitura do sexo como efeito do processo de naturalização da estrutura social de gênero e da matriz heterossexual, na qual o sujeito não existe anteriormente à performatividade, mas se constitui no ato da interpelação discursiva (Córdoba, 2003).

Matos (2000) apresenta algumas críticas às idéias de Butler. Defendendo a psicanálise freudiana do excessivo desprezo de Butler, Matos (2000) rechaça a influência de Lacan quando concebe a materialidade, e conseqüentemente os corpos, como “matérias de significação”, sendo ao mesmo tempo inacessíveis à linguagem e inexistentes antes dela. Matos (2000) prefere entender a materialidade dos corpos como “energia”, como “carne”, com alguma espécie de existência mínima não acessível ou mediatizável pela linguagem.

Além disso, Matos (2000) também critica a noção de cultura, decorrente das mesmas contradições do legado lacaniano. Ao privilegiar a cultura, Butler não consegue escapar das hierarquias identitárias e binarias entre ideal/matéria, cultura/natureza, mente/corpo (MATOS, 2000:), enfatizando a primazia da dimensão racionalista e produzindo o efeito de esvaziar de conteúdos a dimensão material. Como conseqüência deste movimento, a autora reduz ambos à posição binarizante e hierarquizante da lógica monista fálica – presença ou ausência (MATOS, 2000), ao invés de abrir para as diferentes e múltiplas representações possíveis.

As críticas de Matos (2000) talvez sinalizem para algum relativismo presente nas Teorias Queer e que para nossos fins deve ser superado. Ao ampliarem excessivamente a dimensão política, e enfatizarem a dimensão lingüística, é possível que percamos de vista o espaço concreto de vivência cotidiana e o espaço público como campo de excelência na produção de antagonismos políticos. Esse relativismo lingüístico talvez contribua para privilegiar os discursos, deixando o concreto em segundo plano, o que pode ser uma passagem para a produção de discursos ideologicamente hegemônicos, ou vazios de significado social, acarretando uma possível vulgarização do político. Esse relativismo pode se revelar ainda mais problemático quando pensamos nas complexidades da realidade brasileira, o que aponta para a necessidade de termos cautela ao importarmos sem muita reflexão os modelos Queer cada vez mais difundidos, e que são tipicamente americanos.

Exatamente por isso, buscamos ferramentas metodológicas quantitativas, tais como questionários fechados, e qualitativas e interativas, tais como entrevistas, observação participante, pesquisa-ação e análise documental (jornais, panfletos, sítios virtuais, atas de reuniões, estatutos internos, entre outros). Os dados produzidos podem nos aproximar mais efetivamente da realidade pesquisada através da triangulação destes métodos, o que possibilita a construção de informações mais consistentes.

Tão importante quando os métodos que utilizamos é a importância de uma relação positiva e de confiança entre os pesquisadores e o campo pesquisado, na figura dos grupos que militam em Belo Horizonte e das instituições que de alguma forma se relacionam com estes atores.

Apenas depois de nossa inserção em campo, e com a consolidação gradativa de nossa participação no cotidiano dos grupos, através de reuniões, convites para atividades acadêmicas, atuação em atividades internas e externas que a relação entre a universidade e os atores políticos foi ficando mais clara em suas simetrias e assimetrias (MACHADO & PRADO, 2005). Deste modo, os grupos perceberam que o trabalho de pesquisa pode ter como objetivo facilitar o processo de construção do movimento. Em outras palavras, os militantes tomaram conhecimento que a comunidade acadêmica de pesquisa que representávamos poderia ser apropriada como um aliado político[8] de forma reflexiva.

Resultados, pesquisa e discussão

Movimentos glbt’s e identidades coletivas

Nossos estudos se ancoram em pressupostos teóricos principalmente da Psicologia Social e apresentam proposições acerca da constituição da identidade coletiva e política, assim como formas de inserção política empreendidas por movimentos sociais de GLBT’s em Belo Horizonte. Neste sentido observamos práticas político-sociais heterogêneas entre as organizações estudadas, apontando que a constituição da identidade coletiva e a conseqüente afirmação de valores e reivindicações nos grupos pesquisados, relacionam-se intrinsecamente às posições de poder e alianças políticas, bem como o contexto histórico engendrado em seu surgimento (MACHADO & PRADO, 2005).

Tanto no estudo que empreendemos, quanto em bibliografias relativas ao Movimento GLBTT, encontramos que a extrema diversidade de práticas e concepções políticas nos levam a questionar a sua unidade, colocando em questão a possibilidade de falarmos em uma identidade coletiva. Exatamente por esse motivo preferimos falar em Movimentos Homossexuais, onde os diversos grupos, cada qual contribuindo com sua experiência política particular, revelam que o fazer político na contemporaneidade está recheado de novas e velhas práticas, não podendo ser reduzido a nenhum princípio totalizador nem de política nem de identidade coletiva (MACHADO & PRADO, 2005).

No entanto, quando se trata da identidade coletiva, fica evidente que dentro da diversidade de práticas que os grupos empreendem, é possível compor, ainda que temporariamente, uma unidade necessária da delimitação de uma identidade coletiva. Para além desta unidade, é importante destacar o movimento processual de negociação constante que este conjunto de práticas sociais, discursos e articulações objetivando a constituição de um sujeito coletivo na participação política e social. Essa participação empreende ações que formam relações antagônicas principalmente no que diz respeito aos valores repressores da sexualidade, contudo, reverberam em outras instâncias políticas agregando demandas sociais aos seus discursos e práticas, acessando canais de interlocução política com atores diversos.

Essa interlocução vem crescendo significativamente desde que publicamos nosso primeiro estudo, mas já nesse período dava mostras de sua predisposição, como podemos notar nas falas de Soraia Menezes[9], uma de nossas entrevistadas:

A parada aqui ela vem resistindo com muito sofrimento para que o capital não entre, porque a nossa parada ela tem uma história de luta que quem contribui são os sindicatos, quem num primeiro momento apoiava, são os DCE`s, por exemplo o DCE da PUC esse ano, eles deram os seguranças pra parada, então é esse casamento nosso com o movimento social, com os movimentos de estudante, o movimento é, de movimento negro, o movimento negro deu uma ajuda essencial pra essa parada, porque a prefeitura tentou barrar a todo momento essa parada, e pediu que um

engenheiro fizesse todo o trajeto da parada, e nós não tínhamos dinheiro, foi uma mulher do movimento negro foi lá e fez de graça pra gente.

Hoje lutar contra o preconceito e a discriminação é garantir o emprego, é garantir que lésbicas e gays, tenham seu emprego garantido porque a discussão ela perpassa por ai, porque o preconceito e a discriminação existe hoje, porque infelizmente, porque os capital quer assim, porque as mulheres hoje ganha menos do que, por exemplo os homens, isso é interessante pro capital, se uma lésbica ganha menos que uma mulher é interessante pro capital, então a luta contra o preconceito que passa pela associação é uma luta que passa também por uma luta de classe, e de conscientização política, enquanto existir o preconceito e a discriminação vai existir lésbica na favela, vai existir gays fora das faculdades, vai existir travesti que é expulso de casa.

Gays e lésbicas não podem lutar contra o preconceito sozinho, sem ter a unidade por exemplo dos negros e das mulheres, e eu acho que os movimentos sociais eles tinham que se unir, a nível sindical, a nível de mulheres, a nível de gays, porque eu acho que a nossa vitória ela seria mais imediata.

A mesma coisa no movimento, por exemplo, sindical. Se o movimento homossexual se interagisse com o movimento sindical eu acho que a nossa luta teria mais avanço porque nós conseguiríamos por exemplo que nos boletins do sindicato eles colocassem a nossa questão, por exemplo nada nada, é uma categoria que ia estar sabendo a questão da diversidade.

A Parada GLBT, e a Associação que a organiza, representam um papel importantíssimo nesta arena. Ao redor destes atores se configura um espaço político onde são fomentados debates públicos sobre: o papel dos movimentos sociais; direitos humanos de GLBT's; implementação de políticas públicas específicas; participação política, entre outros.

Como aponta Melucci (1996), o estudo da identidade coletiva deve se centrar exatamente nos conflitos que permanecem submersos na aparente unidade na qual se apresenta um determinado ator político. As formas de participação política menos institucionalizadas e que buscam a formação de identidades coletivas se interessam, entre outras coisas, por romper a invisibilidade social e abrir o debate público sobre demandas mais ou menos específicas. Esse debate geralmente é aberto por meio de ações coletivas, tais como a Parada, que representam, em última instância, um ponto particular, porém entrelaçado, em uma rede de relações muito mais ampla.

Essas questões são relevantes à psicologia social na medida em que sempre esteve preocupada com questões relacionadas ao espaço de convivência conjunta, a formação e dinâmica dos grupos e as relações de poder subjacentes às delimitações de fronteiras intra e inter grupais. A psicologia social tem procurado compreender os processos psicossociais que estão envolvidos nas relações entre grupos e identidades coletivas.

Prado (2002), Melucci (1996) e Mouffe(1988) nos indicam que qualquer compreensão

dos fenômenos sociais necessita partir não somente da análise das condições estruturais, mas também das dinâmicas de constituição dos atores sociais e seus aspectos subjetivos10.

O movimento GLBTT, como todo movimento social, traz consigo uma série de contradições que surgem concomitantemente ao processo de constituição de sua identidade coletiva. Esse processo, que é ao mesmo tempo individual e coletivo, suscita diversas questões que nos remetem ao estudo da identidade (SANTOS, 2003b). Essa apreensão teórica se faz necessária uma vez que é a diversidade das experiências que possibilitam a emergência de novos espaços de luta e práticas políticas. Ressaltamos aqui a importância da tradição dos estudos sobre a dinâmica e participação nos movimentos sociais na Psicologia Social.

A parada glbt e suas implicações políticas

As “Paradas Gays” têm se revelado uma importante ação coletiva de cunho político, e instrumento de participação social e política de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transgêneros, na sociedade contemporânea. Em inúmeros locais têm chamado a atenção das sociedades tanto pelo crescente número de participantes, quanto por reivindicações que tem colocado na pauta das discussões políticas de vários Estados Modernos temas como: Reconhecimento das parcerias entre casais do mesmo sexo; A criação de políticas públicas próprias para a população homossexual; A criação de leis que punam crimes de ódio; Constituição de mecanismos políticos e sociais para uma maior visibilidade homossexual;

Como nos mostra Ferreyra (2004), se referindo ao contexto da América Latina, no ano de 2003 foram realizadas paradas na Bolívia, Costa Rica, Equador, Honduras, Nicarágua, Paraguai, Peru, Porto Rico, São Salvador; Uruguai, Venezuela, no Chile e na Colômbia em duas cidades, na Argentina em 3 cidades, no México em 9 cidades e finalmente no Brasil em 28 cidades. Além de expressivos, podemos afirmar, partindo de nossos diálogos com o campo, publicações em jornais e e-mails em listas de discussão, que esses números são bem inferiores à realidade e vêm crescendo consideravelmente de 2003 até hoje.

As paradas vêm crescendo em número de localidades e participantes, passando a integrar o calendário cultural de diversas cidades. Como mostraram os jornais do país, dando pela primeira vez a cobertura merecida, a parada de São Paulo em 2005 atingiu o estrondoso número de 2 milhões de participantes, se constituindo na maior parada do mundo e representando a maior manifestação cívica de nossa história. A parada paulistana atualmente chega a ser responsável por cerca de 10% do faturamento anual da cidade com turismo.

Estes eventos têm se mostrado cada vez mais aceitos pelas instituições governamentais: em 2004, a Parada de Belo Horizonte foi incluída no calendário cultural

da cidade, e os grupos militantes contam cada vez mais com apoio direto da Secretaria Municipal Adjunta de Direitos de Cidadania; a Deputada Laura Carneiro apresentou um projeto de lei para que o dia 28 de junho seja oficializado como o "Dia do Orgulho Gay e da Consciência Homossexual"; na Venezuela as organizações Alianza Lambda y Unión Afirmativa, organizam em junho, o mês do Orgulho GLBTT de Caracas, contando com apoio da Secretaria de Recreação e Turismo11 da cidade (FERREYRA, 2004).

As paradas são realizadas o mais próximo possível do dia 28 de junho, em comemoração ao nascimento do movimento gay americano, data essa que marca o primeiro levante contra a repressão policial contra homossexuais. Isto se deu em 1969 no bar Stonewall, localizado no bairro Greenwich Village em Nova York. Este fato sinaliza para a conhecida influência mundial dessas lutas no surgimento e nos modos de existir de movimentos sociais na Europa (ENGEL, 2001), na América Latina (FERREYRA, 2004) e no Brasil (FACCHINI, 2002; CÂMARA, 2002; e muitos outros).

A Parada do orgulho homossexual de belo horizonte

A Parada de Belo Horizonte, e mais especificamente o grupo que a organiza, traz consigo especificidades que nos chamam a atenção. Ao contrário de todas as paradas que temos conhecimento, em nossa cidade este evento foi inaugurado e dirigido durante 7 anos por um grupo de Lésbicas (ALEM). Um outro ponto de diferenciação é que, enquanto as "Paradas Gays" de outros centros urbanos brasileiros têm sido organizadas por um único grupo ou associação, aqui parece surgir um processo novo de produção desta ação coletiva. Embora para o recebimento da verba do Ministério da Saúde seja necessária a assinatura de uma ONG específica, todo o processo de organização e deliberação tem sido desenvolvido pela Associação da Parada do Orgulho Homossexual de Belo Horizonte que é constituída por cinco ONG's12 que atuam em políticas de prevenção de DST's e contra a discriminação.

Este é um grupo bastante heterogêneo, com integrantes com concepções totalmente diferentes de política, de sociedade, de democracia e até mesmo de "homossexualidade", trabalhando, dividindo tarefas e tomando decisões democraticamente. Esse processo de democratização não se faz sem restos, surgindo conflitos e diferenças que, por sua vez, geram novas posições de poder e novas alianças. Esses conflitos e diferenças implicam em concepções diversas sobre as estratégias de embate político (MACHADO & PRADO, 2005).

Este campo de antagonismo é o lugar onde devemos identificar como a questão da diversidade sexual tem sido transformada em um problema político por agrupamentos distintos. As diferenças políticas aqui revelam como a sociedade civil organizada tem se politizado e conquistado poder na esfera pública da cidade, bem como as políticas públicas específicas têm influenciado a produção de estilos de militância, o que implica em um enquadramento das possibilidades de construção de identidades individuais,

coletivas e políticas (ÁLVARES, DAGNINO & ESCOBAR 1998).

Abro um parêntese para lembrar, que o surgimento dos movimentos sociais organizados em torno das discussões referentes à livre orientação sexual possui uma intrincada e paradoxal relação com o sistema capitalista de produção bem como com o processo de globalização neoliberal que estamos vivendo. Essa relação pode ser ilustrada através do consumo do que se convencionou chamar de "indústria cor-de-rosa" ou "pink money", no qual os homossexuais se tornam um grupo de consumo importante, movimentando cada vez mais produtos específicos e volume de capital. Essa movimentação, enfatizada pela indústria cor-de-rosa e pelo fortalecimento sócio-econômico de partes deste segmento, proporcionou aos homossexuais zonas de democracia sexual através do mercado, e espaço midiático importantes para o lançamento de suas demandas em diversas agendas, trazendo ampla visibilidade e uma vasta gama de negociações políticas.

Todavia, esse processo revela uma ambigüidade, uma vez que, se por um lado, o sistema capitalista e o processo de globalização oferecem as condições necessárias para a erupção e ação do Movimento GLBTT, por outro, pode ser visto como parceiro de ideologias patriarcais e homofóbicas. O sistema capitalista, ainda mais gravemente em sua vertente neoliberal, relega a um segundo plano o compromisso do Estado com as necessidades sociais e a promoção humana e abriga meios de comunicação midiática que dão visibilidade ao movimento, mas produzem imagens estereotipadas de um universo bastante diversificado, pois, o fluxo de valores culturais e políticos ficam à mercê dos interesses do mercado.

As paradas gays mais importantes do país, como as de São Paulo e Rio de Janeiro, têm como característica presença marcante do capital privado, sob forma de patrocínio de grandes empresas. Esta entrada de capital permite amplo espaço de liberdade na organização do evento, mas por outro lado, quais seriam suas implicações? Qual o significado social desta entrada de capital nas ações dos movimentos sociais?

Sabemos que uma relação acrítica com o capital privado pode chegar a corromper ideais e subverter os objetivos emancipatórios dos movimentos sociais. A Indústria Cor-de-rosa e o conseqüente fortalecimento de um gueto pode promover o isolamento de indivíduos em sub-culturas, isolando-os do restante da sociedade sem, contudo, rejeitar sua inclusão no sistema capitalista (SANTOS, 2003). Esse processo pode levar a uma neutralização do poder emancipatório do movimento GLBTT reduzindo sua força política e circunscrevendo sua visibilidade como produto do sistema capitalista.

Em Belo Horizonte, ao contrário das demais capitais do sudeste, a parada conta apenas com verba de entidades governamentais destinada à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e produção de eventos culturais. Isto também nos remete a alguns problemas, pois, para a obtenção desta verba, os grupos têm que se adequar às exigências do Estado.

Situarmos o papel dos movimentos sociais, e o modo como deverão se posicionar frente

aos demais atores políticos, implica que estes sejam impelidos constantemente a definirem e redefinirem um conjunto contextual de metas e objetivos GLBT's. Contudo, a política GLBT deve ser entendida como a busca de metas e objetivos GLBTT's, no contexto de uma articulação mais vasta de exigências e antagonismos, transformando todos os discursos, práticas e relações sociais em que a categoria homossexual é construída de forma a implicar subordinação (MOUFFE, 1988; 1996).

Em outras palavras, julgamos necessário analisar as práticas e demandas do movimento GLBT na articulação com práticas e demandas de outros movimentos sociais. Isso pressupõe considerar que as identidades não estão pré-estabelecidas, mas ao contrário são sempre propiciadoras de novas identidades ou novas posições de sujeito. Ao invés de nos fixarmos isoladamente em uma forma específica de discurso devemos tentar mostrar de que forma se expandem as possibilidades de entendimento entre os vários tipos de subordinação (MOUFFE, 1988). Essas possibilidades de entendimento podem ser pensadas através do que Santos (2000) chama de teoria da, ou processo de tradução.

Ter em vista que cada identidade se constrói mediante uma multiplicidade de discursos, nos dá subsídios para não privilegiarmos os antagonismos de classe, tampouco ignorá-los, pois as formações identitárias não podem ser explicadas apenas em termos estruturais, uma vez que envolvem um conjunto de práticas sociais e aspectos econômicos, políticos e culturais (MACHADO & PRADO, 2005).

A compreensão dos fenômenos políticos não pode definir a priori a primazia de uma de suas dimensões, mas sim examinar as diferentes formas que as lutas democráticas pela igualdade tomam, em relação ao tipo de adversário político e as estratégias que eles implicam. Se um grupo ocupa um papel central em alguma transição política, isto se deve à sua capacidade de articulação de discursos em condições históricas específicas (MOUFFE, 1996).

Baseio esta afirmação em noções como a de "hegemonia expansiva", de Gramsci, a de "corrente de equivalências" de Laclau e Mouffe (1985) e a Teoria da Tradução de Boaventura Sousa Santos (SANTOS, 2000), que são passos no sentido de oferecer a criação de uma ideologia orgânica que articule movimentos sociais distintos.

Mouffe defende que construirmos uma sociedade mais justa dependerá da habilidade das forças políticas existentes de articular as diversas lutas democráticas na criação de uma nova formação hegemônica, pois devemos transcender a noção individualista de direitos e elaborar uma noção central de solidariedade.

A discussão sobre a inclusão ou não de outras demandas sociais apenas indiretamente relacionadas ao segmento GLBTT tem se mostrado bastante controversa entre os militantes. Se por um lado, a inclusão de demandas do movimento negro, feminista ou demandas que versam sobre as desigualdades estruturais da sociedade contribuiriam para uma maior interface política, por outro, elas trazem o risco de uma diminuição do impacto político das questões diretamente ligadas aos direito sexuais.

Nessa perspectiva, temos notado que as relações entre esse movimento e os demais atores políticos se sustentam sobre diversas tensões. Militantes GLBTT's freqüentemente acusam candidatos políticos de utilizarem as bandeiras GLBTT's em busca de plataformas eleitorais sem oferecerem o devido apoio em troca. Ou ainda, como aconteceu na parada de 2005, um grupo se ressentir pelo fato dos discursos políticos excessivos ou excessivamente comprometidos descaracterizarem o aspecto lúdico da parada. Por outro lado, encontramos receios quanto a uma possível despolitização do movimento homossexual ao aceitarem subsídios de empresas privadas deixando de lado posicionamentos políticos mais definidos, ou ainda, receios quanto a Parada se tornar um momento meramente festivo, perdendo de vista suas possibilidades de impacto social. Todavia, podemos detectar uma crescente teia de alianças que vem sendo construída com sindicatos, partidos políticos, movimentos feministas, negros etc. Entretanto, os resultados dessas parcerias ainda precisam ser discutidos.

Estas tensões e conflitos refletem, em última instância, as diversas formas que a participação política pode tomar em uma sociedade tão complexa quanto a nossa. No entanto, defendemos que, considerar estas múltiplas e, por vezes, novas formas da participação política, não significa defender um posicionamento relativista com relação aos direitos sociais mais amplos. Faz-se necessário que estes direitos sejam contextualizados e dialogados com aquilo que Laclau e Mouffe (1985) denominaram como o processo de equivalências entre lutas e reivindicações capazes de criar uma corrente de equivalência dos direitos sociais de forma a articular novas posições contra-hegemônicas. Afinal,

Um posicionamento GLBT contra o neoliberalismo e suas conseqüências, contra a exclusão social, contra o domínio do mercado, ou qualquer outra expressão excludente do modelo não é um fato folclórico ou fortuito, nem constitui nenhuma alienação de uma 'causa específica', mas está fundado na realidade histórica e contextual do Sul, afetado pelo estreitamento que o modelo provoca para o exercício de cidadanias plenas (LEÓN, 2003, p. 13).

Para acomodarmos essa discussão num cenário teórico sobre o universo político, devemos ter em vista uma noção de realidade social que não pode ser definida como uma objetividade transparente e completa, mas um real que é construído através de conflitos, contradições e lutas que possibilitam uma limitação das múltiplas significações possíveis. Portanto, é num complexo jogo de criar hegemonias e contra-hegemonias que concorrem a diferentes formas de significação, que se daria a construção da realidade social. Nesse sentido, um movimento social não se mobilizaria e manteria apenas e simplesmente pela condição de exclusão dos indivíduos envolvidos, mas pela intenção de criar uma nova realidade, constituída de novos elementos simbólico-culturais (PRADO, 2001; 2000). Em outras palavras, é necessária uma ponte semântica que leve com que os indivíduos se identifiquem coletivamente e formem uma identidade (HONNETH, 2003).

Em nosso caso de estudos, percebemos que existem elementos que abrem importantes

brechas para essas discussões: 1) fato da Parada ainda não receber verba do setor privado e, 2) os atores políticos com os quais os grupos têm interface. Muitos militantes vêm de partidos de extrema esquerda e sindicatos, tendo ampla intercessão com outros movimentos sociais. Uma fala de Soraia Menezes conceitua bem o que queremos expor:

A parada aqui ela vem resistindo com muito sofrimento para que o capital não entre, porque a nossa parada ela tem uma história de luta que quem contribui são os sindicatos, que num primeiro momento apoiava, são os DCE`s, por exemplo o DCE da PUC esse ano, eles deram os seguranças pra parada, então é esse casamento nosso com o movimento social, com os movimentos de estudante, o movimento é, de movimento negro, o movimento negro deu uma ajuda essencial pra essa parada, porque a prefeitura tentou barrar a todo momento essa parada, e pediu que um engenheiro fizesse todo o trajeto da parada, e nós não tínhamos dinheiro, foi uma mulher do movimento negro foi lá e fez de graça pra gente, então é essa a relação. O patrocínio que hoje nós temos, é do ministério da saúde que é um dinheiro do povo(...) agora vários empresários já tentaram pegar a parada dizendo não vocês não vão ter trabalho nenhum não nós fazemos a parada, mas a parada aqui de belo horizonte é feita por militantes cada um militante dá o seu tempo, inclusive o seu dinheiro pra essa parada, então e uma parada que esse ano levou 40 mil pessoas as ruas indiferente de ter empresário ou não, nós fizemos a parada, cada militante, cada pessoa, ela fez a parada, e o legal é que as próprias pessoas elas vão divulgar, ela sente necessária a isso, diferente da parada de São Paulo inclusive, que a Volkswagen deu 300 mil reais para que não saísse a denúncia em relação a discriminação que tava lá, que um funcionário sofreu, eu acho que isto é ruim da parada, quando você tem que, se vende, então quando o dia que aqui em belo horizonte tiver que fazer isto, nós não vamos estar dirigindo a parada mais não, porque nós não vamos receber dinheiro de capital, pra esconder o preconceito, porque a parada ela é um momento de visibilidade um momento de reivindicação, um momento de denuncia, e se você passa essa parada pra um momento de visibilidade apenas, vira festa. E eu acho que há um desvio muito grande das paradas em nível nacional que deixou de ser denunciativa e reivindicatória e fica mais em festa.

Colocações como estas chegam a nos interrogar sobre o real significado destes eventos. Todavia, mesmo podendo questionar o teor político da parada, é inegável seu potencial transformador:

A parada é hoje a maior festa política deste país, a favor da liberdade de amar, contra a culpa. A multidão que lotou a Avenida Paulista e a Rua da Consolação realizou uma imensa celebração amorosa, na contramão da cultura homofóbica, patrocinada pelas religiões cristas, judaica e islâmica, bem como pela sociedade que insiste em defender a heterossexualidade obrigatória. Mostrou homossexuais celebrando uma nova compreensão do amor e ensinando ao Brasil e ao mundo a lutar pelo direito de amar - uma proposta política digna de sociedades verdadeiramente justas e democráticas, nasce quais ‘o sol realmente nasce para todos’. Não poderia ser mais feliz (Silva, 2004).

Considerações finais

Quando tomamos a Parada como objeto de análise, temos consciência que falamos de um fenômeno complexo e multifacetado, que pode ser apreendido de muitas formas diferentes. A Parada é fruto de uma ampla teia de relações e sua importância pode ser vista, sobretudo, nos usos que são feitos de seu impacto midiático no cotidiano dos grupos que a produzem.

A Parada como ação coletiva, expressa os anseios de uma população muito diversa, entretanto a diversidade das formas de vida homossexual não implica necessariamente em uma fragmentação das ações políticas. A unidade artificial com que esse evento é publicizado não pode ser entendida como homogeneização, pois a principal estratégia de emergência da diversidade de formas de vida social minoritárias no mundo público tem sido a luta por visibilidade social. É através da visibilidade que será possível a exposição pública de demandas sociais e a emergência de antagonismos.

Nesse sentido, não podemos conceber a realização da Parada como uma finalidade última, mas, sobretudo, como um meio através do qual serão ativadas outras conexões políticas e sociais. A visibilidade proporcionada pela Parada pode contribuir sobremaneira para a criação e ressignificação das diversas identidades coletivas que se abrigam sob seu impacto social. Assim, são processadas formas de pertença que fortalecem os vínculos e promovem novas ações coletivas e individuais de exposição pública ou não.

Mesmo que a desmobilização dos participantes da Parada seja tão rápida, devemos ter em mente que este evento, ao deflagrar a ocupação do espaço público num protesto cívico, questiona as posições institucionais de legitimação do silenciamento da homossexualidade para além do protesto pontual e a histórica construção de uma cidadania GLBT “naturalmente” inferiorizada, ou sub-cidadania. Isto se dá a partir da autoridade que os grupos organizadores do evento adquirem como representantes de uma população considerável, seja esta representação legitimada no âmbito político, cultural ou de mercado.

É nesse sentido, que consideramos tão importante quanto entender o evento de massa, entender os processos de negociação que o produzem e que são ativados por ele, seja nas redes submersas, nos movimentos semi-institucionalizados ou em instituições do Estado que de alguma forma têm seus percursos interpelados pela Parada.

Não por outra razão é que devemos considerar a identidade coletiva constituída na organização da Parada como um processo dinâmico, no qual o evento é tomado como meio de sustentação de um sistema de ação que proporciona formas de pertencimento através da produção de valores que dão um sentido pragmático e político à atividade dos indivíduos e dos grupos envolvidos. Essas redes proporcionam uma reinvenção do cotidiano, onde novas posições hierárquicas são constituídas e tornam possível a interpelação das objetivações sociais em espaços pré-institucionais.

Para tentar superar os hiatos que tradicionalmente se fazem entre estrutura e significado, universos institucionais e não institucionais, entre tantos outros, é que a psicologia social se mostra mais relevante. Ao contrário dos modelos estáticos das teorias sociológicas, o arcabouço da psicologia social vem contribuindo largamente para a compreensão das dinâmicas de interação micro-sociológicas.

A psicologia social deveria ser para a teoria marxista da ideologia o que a microeconomia é para a teoria econômica marxista. Sem um conhecimento sólido sobre os mecanismos que operam a nível individual, as teses marxistas de amplo alcance sobre as macroestruturas e as mudanças de longo prazo são condenadas a permanecer como especulações (Elster, 1989 citado em SANDOVAL, 1989, p.128).

Mesmo que se questione o movimento contra hegemônico contido na atuação desses grupos, é notável o modo como ocorre o rompimento com algumas formas de relações sociais e políticas assimétricas. Nesse sentido, pensando na reflexividade que atua entre as identidades coletivas e o reconhecimento público do impacto das ações coletivas empreendidas por elas, podemos inferir que, se a Parada tem uma importância no cotidiano dos movimentos homossexuais, é o de produzir novas formas de pertencimento grupal (implicação emocional dos envolvidos), e a ampliação das redes de relações intra e inter grupos. Não obstante, as transformações operadas nessa dimensão vão influenciar aspectos mais estruturais do cotidiano desses grupos e no imaginário deste segmento social.

A identidade coletiva é um processo de construção social que se apresenta publicamente como uma unidade parcial e provisória. Contudo, é exatamente a diversidade existente abaixo dessa unidade que nos dá a tônica dessa análise, ancorados nos estudos da psicologia social que seguem uma tradição em estudos de dinâmica da participação social e movimentos sociais.

Quando tomamos a Parada como objeto de reflexão, o fazemos investigando a identidade coletiva formada entre os grupos que a organizam, e que tentam fazer dela um instrumento político de vinculação e interpelação da política institucional. Nesse movimento buscam o fortalecimento das posições contra hegemônicas dentro de uma complexa teia processual de relações simbólicas e materiais. Sendo assim, esses sujeitos não podem ser tratados simplesmente dentro de uma identidade política calcada em elementos identitários provindos da homossexualidade, mas devemos considerá-los sujeitos plurais, que articulam práticas políticas.

Identificamos que, cada vez mais, se desenvolvem vínculos institucionais entre os movimentos homossexuais e o poder público: dois grupos militantes, CELLOS-MG e ASSTRAV, utilizam como sede o espaço do Centro de Referência da Diversidade Sexual que se localiza dentro da Secretaria Adjunta de Direitos de Cidadania13; atualmente esses grupos têm se esforçado para fortalecer, junto ao Governo do Estado, o Centro de Referência da Diversidade Sexual Estadual; dentre as diversas categorias de atores com os quais os grupos GLBT de Belo Horizonte se relacionam podemos citar: órgãos governamentais Municipais, Estaduais e Federais; Universidades; Movimentos Sociais,

entre outros atores.

A constituição da identidade coletiva desses grupos em interação se dá em um campo complexo de identificação das fronteiras políticas, como podemos ilustrar na figura abaixo:



Podemos conceber esse campo como a arena na qual será pensada a construção de uma cidadania GLBT plena, onde cada um desses atores não pode ser pensado imediatamente como “mais” ou “menos democratizador”, mas compreendido contextualmente, dentro da concepção de realidade social que discutimos anteriormente.

Acreditando que nossos resultados devem servir para realimentar as práticas dos movimentos sociais que pesquisamos, discutimos estes resultados em seminários defendendo e identificando alguns desafios que se fazem necessários para se pensar a democratização deste segmento: 1) Fortalecimento das Ong’s e Movimentos Sociais, sem perder de vista a autonomia dos mesmos, uma vez que estes seriam por excelência os conhecedores das demandas das bases e responsáveis por nutrir as políticas de conhecimento sobre as vivências concretas da condição de opressão a que este segmento é submetido; 2) Implantação de Políticas Públicas Redistributivas/Reconhecimento; 3) Fortalecimento da Rede de Instituições Políticas, Assistenciais e Jurídicas, e capacitação das mesmas para lidar com as Questões GLBT’s; 4) Intercâmbio Reflexivo Entre os Vários Atores Políticos; 5) Entrelaçamento equivalente entre outras demandas transversais;

1 A sigla GLBTT é utilizada para designar Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transgêneros ou Transexuais, a divergência em torno no número de T’s se dá em virtude de algumas transsexuais exigirem uma diferenciação em relação às outras identidades que se abrigariam sob a denominação de Transgêneros. Utilizaremos principalmente GLBT, por ser a sigla mais utilizada pelos movimentos sociais, onde o T se refere a Transgêneros. A proliferação e a história dessas siglas no Brasil são discutidas pormenorizadamente por Facchini (2002). Segundo essa autora a primeira sigla a ser utilizada por esse movimento foi GLT, Gays, Lésbicas e Travestis, e foi cunhado para diferenciar de GLS, Gays, Lésbicas e Simpatizantes, e que era um termo já associado a uma visão extremamente mercadológica da sexualidade. A ordem das letras também é motivo de divergências sendo comum encontrarmos LGBT, o que sinalizaria para uma discussão sobre a inferiorização das mulheres (lésbicas) dentro do movimento homossexual, ou TLGB, sinalizando para uma maior necessidade de visibilidade para os transgêneros..

2 Os resultados dessa pesquisa se encontram no texto Movimentos Homossexuais: A Constituição da Identidade Coletiva Entre a Economia e a Cultura. O Caso de Dois Grupos Brasileiros (MACHADO & PRADO, 2005)

3 Pesquisa de iniciação científica intitulada: A Dinâmica da Participação Política no Movimento Social GLBT: Seus Impedimentos e Suas Possibilidades. (COSTA & PRADO, 2006).

4 Os resultados do questionário aplicado em 2005 podem ser encontrados no livro Participação, Política e Homossexualidade VIII Parada do Orgulho GLBT de Belô (PRADO, M., RODRIGUES, C. & MACHADO, V., 2006). O relatório da pesquisa de 2006 ainda está sendo redigido.

5 Pesquisa de Mestrado que originou o presente texto intitulada: Estudo da Constituição da Identidade Coletiva da Parada do Orgulho GLBT de Belo Horizonte - MG.

6 Além de apresentar o mais alto índice de desigualdade sócio-econômica do mundo, o Brasil apresenta o maior índice mundial de crimes de ódio contra homossexuais (Mott, 2002).

7 Mouffe (1996) apresenta uma excelente análise sobre teorias feministas essencialistas.

8 Um bom exemplo da positividade dessa relação é que a pesquisa quantitativa que realizamos (PRADO, M, RODRIGUES, C. & MACHADO, F. 2006), que partiu de uma demanda dos próprios grupos que organizam o evento. Durante nossa participação nas atividades dos grupos, nos foi trazida a idéia de realizar uma pesquisa que levantasse um perfil geral dos participantes do evento, tomando como exemplo um estudo semelhante (CARRARA, Sergio, RAMOS, Silvia; CAETANO, Márcio. Política, direitos, violência e homossexualidade: 8ª Parada do Orgulho GLBT – Rio – 2003.Rio de Janeiro: Pallas) realizado na cidade do Rio de Janeiro e que contou com a parceria do grupo militante Arco-Íris.

9 Soraia Meneses foi a fundadora da ALEM (Associação Lésbica de Minas), é sindicalista e filiada a partidos de esquerda há muitos anos, tendo sido uma das fundadoras do PSTU e a primeira candidata a senadora assumidamente lésbica do Brasil (Foi entrevistada em 2004 e 2006).

10 Podemos ilustrar a importância dessa dimensão psicossocial através da ambigüidade que se constitui entre a estrutura do movimento GLBT e o capitalismo globalizado (SANTOS 2003b; LEÓN, 2003). Discutiremos esse aspecto mais adiante.

11 O apoio da Secretaria de Recreação e Turismo é um fato que revela aspectos interessantes da complexidade do Movimento GLBT. Por que um evento que interroga os valores sociais, produz antagonismos políticos e defende os direitos humanos desenvolve parceria com o setor de turismo ao invés do setor de direitos humanos?

12 ALEM (Associação Lésbica de Minas), ASSTRAV (Associação de Transgêneros e Transsexuais de Minas Gerais), CELLOS (Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual), GAPA (Grupo de Apoio e Prevenção contra a AIDS) e GRUPO GURI.

13 Este órgão é um setor da prefeitura que, principalmente através de sua Coordenadoria de Direitos Humanos, tem trabalhado junto aos grupos organizados de GLBT's.

Alvarez, S.; Dagnino, &.; Escobar, A. *Cultures of Politics – Politcs of Cultures: re-visioning latin american social movements*. Oxford: Westview Press, (1998)

Anjos, G. Homossexualidade, direitos humanos e cidadania. *Sociologias*, 4(7), 2002, p. 222 – 252.

Câmara, C. Cidadania e *Orientação Sexual: A Trajetória do Grupo Triângulo Rosa. Rio de Janeiro*: Academia Avançada, 2002.

Costa, F. &. Prado, M. *Dinâmica da Participação Política no Movimento Social GLBT: Seus Impedimentos e Suas Possibilidades*. Relatório de Pesquisa, Núcleo de Psicologia Política, FAFICH-UFMG, 2006.

Córdoba, D. Identidade sexual y performatividad. *Athenea Digital*, 4. Referência. Disponible em http://antalya.uab.es/athenea/num4/cordoba.pdf . 2003.

Engel, S. The Unfinished Revolution: Social Movement Theory and the Gay and Lesbian Movement. Cambridge: Cambridge Univerty Press, 2001.

Facchini, R. Sopa de Letrinhas? *Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*.São Paulo: Editora Garamond, 2002.

Ferreira, M. Tradición de Marchar con Orgullo: El carácter local de las manifestaciones LGTTBI en Latinoamérica. *Boletín Ciudadanía Sexual*, Lima, junio, 2004.

Giddens, A. A Transformação da Intimidade: Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas. São Paulo: Editora Unesp, 1993.

Góis, J. Desencontros: as relações entre os estudos sobre a homossexualidade e os estudos de gênero no Brasil. *Revista Estudos Feministas* vol.11 no.1. Florianópolis Jan./June. 2003.

Honneth, A. *Luta por Reconhecimento*: A gramática moral dos conflitos sociais. Trad. Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2003.

Laclau, E. & Mouffe, C. *Hegemony & Socialist Strategy: towards a radical democratic politics*. London: Verso, 1985.

Lane, S. A Psicología Social na América Latina: por uma ética do conhecimento. In: Campos; R. & Guareaschi, P. (Org.).*Paradigmas em Psicologia Social: A Perspectiva Lartino-Americana*. 1 ed. Petropolis: Editora Vozes, 2000, v. 1, p. 58-69.

León, I. Globalización y exclusión social por orientación sexual In León, I. & Mtetwa. P.

(Editoras). *Globalización: alternativas GLBT. Dialogo Sur/Sur GLBT.* Ecuador, 2003.

Machado, F. V. & Prado M. A. M. Movimentos Homossexuais: A Constituição da Identidade Coletiva Entre a Economia e a Cultura: O Caso de Dois Grupos Brasileiros. *Interações*, 10(19), p. 35-62, 2005.

Macrae, E. A *Construção da Igualdade – Identidade Sexual e Política no Brasil da "Abertura". Campinas*. Editora da Unicamp, 1990.

Matos. M. *Reinvenções do Vínculo Amoroso:* cultur*a e identidade de gênero na modernidade tardia*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000.

Melucci, A. *Challenging Codes*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

Mott, L. O *Crime Anti-Homossexual no Brasil*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2002.

Mouffe, C. Hegemony na New Political Subjects: Toward a New Concept of Democracy In Nelson, C. & Grossberg, L. *Marxism adn Interpretation of Culture*. Chicago: University of Ilinois Press, 1988.

O Regresso do Político. Lisboa: Gradiva, 1996.

Prado, M. Da mobilidade social à constituição da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. *Psicologia em Revista,* 1(11), 2002.

Psicologia Política e Ação Coletiva. *Revista Psicologia Política*,1(1), 2001.

(Des) Razão: Sujeitos da Consciência e Políticas de Identificação: mapa teórico sobre as ações coletivas. Tese (Doutorado em Psicologia Social)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

Prado, M., Rodrigues, C. & Machado, V. Participação, *Política e Homossexualidade: VIII PARADA DO ORGULHO GLBT DE BELÔ*. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2006.

Preciado, B. Retóricas del género. Políticas de identidad, performance, performatividad y prótesis. Disponível em http://www.uia.es/artpen/estetica/estetica01/frame.html . Acessado em 13 de maio de 2005.

Rohden, F. A construção da diferença sexual na medicina. *Cad. Saúde Pública* vol.19 suppl.2 Rio de Janeiro 2003.

Sandoval, S. A. M. O Que Há de Novo na Psicologia Social Latino-Americana. In: Campos; R. & Guareaschi, P. (Org.). *Paradigmas em Psicologia Social: A Perspectiva Lartino-Americana*. 1 ed. Petropolis: Editora Vozes, 2000, v. 1, p. 101-109.

O Comportamento Político Como Campo Interdisciplinar de Conhecimento: A Re-

Aproximação da Sociologia e da Psicologia Social. In Camino, L. , Louise, L. & Sandoval, S. (eds) Estudos em Comportamento Político. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.

A crise sociológica e a contribuição da psicologia social ao estudo dos movimentos sociais. *Educação e Sociedade*, 10(34), p. 122-129, 1989.

Santos, A. Orientação sexual em Portugal: para uma emancipação. In SANTOS, B. S.(ORG) *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Santos, B.(ORG) Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003b.

A Crítica da Razão Indolente. Porto: Afrontamento, 2000.

Silva, A. A Parada do Orgulho Gay como expressão da Luta Política dos Movimentos GLBT. Texto apresentado no *VICongresso Luso-Brasileiro*, 2004.

Smigay, E. Sexismo, homofobia e outras expressÄ±es correlatas de violÍncia: desafios para a psicologia polÌtica. *Psicologia em Revista*, v. 8, n. 11, p. 32-46. Belo Horizonte, jun. 2002

Tejerina, B. Movimientos sociales, espacio público y ciudadanía: los caminos de la utopia. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 72, p. 67-97, Out. 2005